

Resenhas

*BAPTISTA, Abel Barros. O livro
agreste. Campinas: Editora
Unicamp, 2005.*

Gustavo Silveira Ribeiro | UFMG

A leitura de *O livro agreste* desconcerta. Nascido de um curso de literatura brasileira ministrado em Portugal, na Universidade Nova de Lisboa, o livro, que em princípio pode parecer excessivamente circunstancial, é de uma profundidade extraordinária. Seu objetivo é simples e vasto: questionar alguns dos fundamentos da crítica literária brasileira e propor novas leituras para obras centrais do seu cânone modernista. O método utilizado para isso é o mesmo que se pode encontrar, mas que não se encontra freqüentemente, na exposição de qualquer bom professor: atenção às particularidades do texto focado, conhecimento rigoroso de sua recepção, abertura para o amplo debate de idéias e um discreto (mas indisfarçável) apreço pela polêmica. Ressalte-se ainda que seu autor, o português Abel Barros Baptista, apesar de ter dedicado boa parte de sua carreira acadêmica ao estudo de escritores brasileiros (recorde-se aqui, por exemplo, *Autobiografias*, inovadora análise de Machado de Assis), sabe estar falando sobre a literatura nacional a partir do estrangeiro, ou melhor, a partir de um lugar não-brasileiro, e a consciência dessa distância será uma das pedras de toque do livro.

O volume divide-se em três partes distintas, porém articuladas entre si. Na primeira, discute-se o problema do ensino da literatura brasileira em Portugal;

na segunda é o conceito-chave do célebre *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, que vai ocupar a atenção de Baptista; por fim, na terceira parte, tem lugar extensa análise das obras *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, *A educação pela pedra* (1966), de João Cabral de Melo Neto, e do soneto “Oficina irritada”, de Carlos Drummond de Andrade, esta última, apesar de interessantíssima, de menor destaque, uma vez que o autor intitula a seção em que ela se encontra de “Excurso”, como a dizer que não vai demorar-se demasiado ali. A escolha desses temas, autores e obras, como se verá, não é fortuita. A articulação precisa deles, apesar de não parecer óbvia, é perfeita, conduzida pela identificação de determinados problemas literários que parecem advir, segundo afirma Baptista, de uma mesma origem: a criação e desenvolvimento, historicamente determináveis, de um certo paradigma da literatura brasileira, paradigma esse que vai afetar tanto a produção das obras quanto a sua posterior leitura, e que está ligado visceralmente à questão ainda aberta da “nação brasileira”.¹

Na seção inicial do volume, após discorrer sobre o pouco espaço com que conta o estudo da literatura brasileira em Portugal, Abel Barros Baptista introduz o tópico central de seu livro, a saber: as contradições e vicissitudes da crítica sociológica brasileira, especialmente aquela que se dedica ao estudo do caráter nacional que têm, ou não, os diversos textos literários. Para o crítico, delimitar o surgimento da tendência crítica que remete o estudo da literatura brasileira sempre, e em primeiro lugar, para a questão do “nacional”, e observar os efeitos de tal prática no estabelecimento do conceito de “literatura” e de “crítica” no Brasil são atos fundamentais para uma melhor compreensão tanto do conjunto da produção literária do país quanto de suas obras mais importantes e destacadas. Nesse procedimento se denuncia e esclarece todo o propósito do *Livro agreste*: num primeiro momento, trata-se de demarcar a historicidade dos conceitos mais importantes que presidem as leituras tradicionais da literatura brasileira, desmontando sua validade supostamente atemporal – como será feito com a idéia de “formação”, de Antonio Candido; num segundo, trata-se de buscar em seu cânone modernista aquelas obras que souberam equacionar com felicidade o problema da representação do Brasil – uma das exigências programáticas da Semana de Arte Moderna, retomada do ideário romântico – com um rigor construtivo de tal modo agudo que as remetia antes para seu próprio interior do que para a realidade

1. BAPTISTA, 2005, p. 10.

“nacional” que eles possivelmente estivessem a representar. É aqui que entram *São Bernardo* e *A educação pela pedra*.

Antes de apresentar brevemente a leitura que o crítico faz de uma dessas obras e de que modo ele a articula com sua crítica aos paradigmas dominantes nos estudos literários do país, vale a pena registrar a curiosa definição de “livro agreste” que dá título ao volume e serve de elo entre o romance de Graciliano e a poesia de João Cabral. Para Baptista, “agrestes” são aquelas obras da literatura brasileira que, ao contrário do que pode inicialmente sugerir o termo, não se configuram a partir da representação do Nordeste (como sinédoque do Brasil), mas que retiram da paisagem nordestina, seca, áspera e precisa, porque restrita ao mínimo necessário, o modelo para a sua própria elaboração formal. “Agrestes”, portanto, são as obras aqui escolhidas – de tal forma coesas internamente e bem amarradas em sua estrutura que, antes de representarem uma determinada configuração humana ou natural, se remetem à sua própria materialidade enquanto obras de arte. São textos mais auto-referenciais, proponentes de sua própria poética, do que textos miméticos,² mas que ainda assim não deixam nem um instante de também sê-los.

No romance *São Bernardo* será uma particularidade pouco valorizada do texto o que servirá de chave interpretativa principal a Baptista: o caráter ambíguo da narrativa e de seu narrador, que parecem sempre se contradizer. O autor de *Livro agreste* observa que, nesse romance, o ato da escrita e os acontecimentos centrais da vida de seu autor ficcional, o protagonista-narrador Paulo Honório, fogem ao seu controle. Apesar de buscar intensamente dominar sua existência em todos os níveis, o que consegue em diversos momentos, mormente naqueles ligados à posse da fazenda São Bernardo, algo (a que Abel Barros Baptista vai chamar de “destino”, aproximando o romance de Graciliano Ramos de uma tragédia) sempre se interpõe em seu caminho, fazendo com que o resultado final de seus atos, inclusive o da escrita, termine por ser completamente diferente daquilo que no começo havia sido proposto por ele mesmo. Os melhores exemplos disso, dentro da rigorosa estrutura do romance, vão ser justamente o plano de composição do livro – explicitado nos seus dois primeiros capítulos e contrariado no restante da obra – e o amor por Madalena, desde o primeiro momento apresentado (sem que o narrador, talvez, se dê conta disso) como sentimento irresistível e perturbador para o brutal Paulo Honório.

2. Cf. BAPTISTA, 2005, p. 95 e seguintes.

Escolhendo debater com dois ensaios fundamentais da fortuna crítica da obra, “Ficção e confissão” (1956), de Antonio Candido, e “O mundo à revelia” (1974), de João Luiz Lafetá, o autor de *Autobiografias* mostra como *São Bernardo* tradicionalmente foi, de um modo ou de outro, lido como um drama decorrente das sangrentas relações de propriedade fundiária no interior do Brasil. Para os referidos críticos, assim como para vários outros apenas mencionados no *Livro agreste*, é o conflito do fazendeiro inescrupuloso com as conseqüências de seus atos infames o que vai dar o tom da narrativa. A derrocada final de seu protagonista, após o suicídio de Madalena, não seria mais do que a expressão da derrota de uma classe social, condenada à alienação inevitável que seu lugar na “evolução” histórica lhe confere.³ Como se pode ver, essas leituras apontam, por assim dizer, para “fora” do livro; elas dependem, em larga medida, da articulação entre o texto e alguns conhecimentos contextuais próprios da história e das relações sociais brasileiras. Isso, por si só, não constitui vício, e Baptista reconhece méritos inegáveis nos ensaios de Candido e Lafetá. O problema é que eles deixam de lado, para validarem a si mesmos, algumas das questões mais importantes da obra (como a sua já mencionada relação com o trágico),⁴ além de reproduzirem uma vez mais o “paradigma crítico da literatura brasileira”, que procura ler as obras a partir de sua relação com os problemas específicos do país, limitando assim seu horizonte de recepção e sua validade enquanto produto estético relativamente autônomo em relação ao meio e ao tempo em que foi elaborado.

No intuito de contrariar essas e outras leituras de *São Bernardo*, Baptista vai contrapor a elas a idéia de que o romance de Graciliano Ramos, como

3. O próprio Paulo Honório assim entende as causas de sua miséria. O famoso trecho em que ele conclui, deterministicamente, que “foi essa vida agreste que me deu essa alma agreste” foi largamente endossado pela crítica como explicação do romance, o que dá a essa mesma crítica o tom determinista que as palavras do personagem têm. Para ele, Paulo Honório, era impossível entender seu sofrimento, e reside nisso um dos fundamentos do livro. Se ele adota a perspectiva econômica para tentar se explicar, é porque esta lhe era mais próxima e familiar; à crítica, de resto, cabe observar com cuidado as limitações próprias do protagonista, notando as contradições que seu discurso apresenta.

4. Baptista vai concluir, ao fim de sua análise, que *São Bernardo* só não pode ser inequivocamente chamado de “romance trágico” porque seu protagonista, um homem de ações odiosas, está mais próximo de um vilão, e até onde se conhece, não há tragédias “que tolerem um herói vilão.” (BAPTISTA, 2005, p. 127).

“livro agreste”, guarda em si mesmo sua própria chave de leitura. A discrepância entre o que Paulo Honório planeja para si e para seu livro e o que ele afinal faz de ambos é o que vai ser o elemento mais importante da narrativa – elemento, inclusive, não dito explicitamente pelo próprio personagem, por lhe ser impossível compreendê-lo, donde advém todo seu drama. Eis aqui um dos pontos máximos do texto de Baptista, sendo ao mesmo tempo a consumação de seu projeto. Ao demonstrar que o cúme de Paulo Honório é uma *paixão*, por isso incontrolável e irracional, e não uma reação comportamental originada no plano racional das motivações econômico-sociais, o ensaísta assegura a originalidade de sua interpretação de *São Bernardo* e perfaz, através dela, o percurso que ele mesmo traçara no início de seu livro: desviar o foco crítico da literatura brasileira de suas muitas implicações sociais (ou nacionais), e propor uma nova abordagem da mesma que amplie suas possibilidades de recepção e afirme o alto valor estético que suas melhores obras alcançaram. Sem que o possamos demonstrar nestas linhas, o mesmo é feito por Baptista com a célebre coletânea de João Cabral de Melo Neto, *A educação pela pedra*.

Reunião despreziosa de aulas de um curso de literatura brasileira, *O livro agreste* é muito mais do que isso. Releitura vivificadora de clássicos modernos, exercício de distanciamento e alteridade para o crítico brasileiro, lição exegética das mais significativas que se tem notícia nos últimos anos, o livro de Abel Barros Baptista é, antes de mais nada, um convite à reflexão sobre o duro ofício de ensinar (e também de aprender) Literatura, essa disciplina sempre em crise que, no entanto, fascina e faz pensar.